

FERNANDO MEDEIROS
Universidade de Paris X

UM SISTEMA SOCIAL DE ESPAÇOS MÚLTIPLOS — A AUTONOMIA DO LOCAL NA SOCIEDADE PORTUGUESA *

143

A sociedade tradicional portuguesa apresenta-se numa configuração histórica análoga à de outras sociedades da Europa do sul. O seu carácter multiespacial distintivo confere ao sistema social uma lógica evolutiva específica, na qual o local, entendido aqui como a expressão da segmentação e da diferenciação sociais e culturais, preserva uma autonomia relativa

fortemente actuante nos processos de estruturação social. Neste artigo procuro mostrar em que medida, e de que modo, a mutação económica e a democratização da sociedade portuguesa, que induzem o desenvolvimento de um neo-localismo definido num espaço social diferente, se compatibilizam com o persistente localismo sócio-territorial da configuração social matricial.

O carácter intermédio ou semiperiférico da sociedade portuguesa no sistema interestatal mundial remete para uma determinada materialidade sócio-histórica e sócio-cultural que é coextensiva, em muitos aspectos, a outras sociedades sul europeias. Uma vez que parte destas já não podem ser consideradas sociedades semi-industriais ou semidesenvolvidas, cuja caracterização sócio-económica e sócio-política esteve na origem das principais tentativas de conceptualização da noção de semiperiferia (Santos, 1985), importa averiguar em que medida e através de que dinâmicas essa materialidade social obedece a uma lógica evolutiva específica, analisável do ponto de vista sociológico.

Num precedente trabalho, procurei formular um conjunto de hipóteses sobre a possível *differentia specifica* desses sistemas sociais de espaços múltiplos, atalhando para esse efeito por uma rápida comparação das formações sociais portuguesas, espanholas e italianas (Medeiros, 1986). Frisando as semelhanças e a frequente co-ocorrência de um conjunto de condições bio-geográficas, orográficas, culturais, sócio-económicas e sócio-políticas, a que se associam fenómenos tão

«Il faut reconnaître qu'en France le gouvernement central n'imite jamais ces gouvernements du midi de l'europe, qui semblent ne s'être emparés de tout que pour laisser tout stérile»

A. de Tocqueville,
L'Ancien Régime et la Révolution

* Trabalho realizado sob o patrocínio do Gabinete de Filosofia do Conhecimento.

complexos como a extrema fragmentação do espaço, a subterraneidade de uma parte substancial das actividades produtivas, o sincretismo e a morfogénese culturais e o carácter central nos mecanismos de regulação social da dialéctica da presença/ausência do Estado, procurei abarcar a complexidade das intrincações desses elementos estruturais heterogéneos. A intenção era procurar detectar o cerne dos processos de estruturação social (Giddens, 1984) que esclarecem, simultaneamente, a singularidade de cada uma dessas sociedades e a íntima implicação das mesmas na construção de um dado «sistema mundo».

O carácter polimórfico e multifacetado, quando não desconjuntado, destas sociedades, não deixa de contrastar com a ausência de sinais evidentes de desagregação social, aos quais atenderíamos pela leitura de certos indicadores sócio-económicos, não muito reluzentes nas habituais comparações internacionais. Todavia, um exame mais atento das relações e das práticas sociais a que subjazem as falhas de coesão social — facilmente detectáveis através de diversas manifestações⁽¹⁾ — não tarda a revelar a extrema importância que aí revestem determinadas formas de integração social que, para o caso português, carecem ser identificadas e sistematicamente analisadas. Só que essas averiguações pressupõem constantes questionamentos teóricos e metodológicos, derivados da própria complexidade dos problemas que envolve a análise da heterogeneidade social e dos fenómenos de localidade, cujas diversas expressões produzem os mais variados efeitos nas sociedades de espaços múltiplos que nos ocupam. Com vista a prosseguir o afinamento do ideal-tipo desta família de sociedades compósitas, da qual, decerto, os países da Europa do sul apenas constituem uma variante, na presente contribuição procurarei testar a aplicabilidade ao caso português do esquema sociológico então formulado, recorrendo, para tanto, à análise das distribuições e das atribuições do poder nos sistemas sociais locais em Portugal, com especial atenção para a sua tripla dimensão política, económica e cultural.

A multiespacialidade da sociedade tradicional portuguesa

Ao descrever a formação social tradicional portuguesa, é ponto geralmente aceite que ela foi, e é, tributária, pelo menos em parte, da extrema fragmentação biogeográfica, geológica e orográfica do território em que assenta a sua materialidade

⁽¹⁾ Apontam-se algumas delas: na esfera sócio-económica, há a notar a persistente desconexão entre padrões de consumo e níveis de produção e de produtividade, ligada à industrialização sem modernização ou ainda, numa outra formulação, à «descoincidência entre produção capitalista e reprodução social» (Santos, 1985); no plano político, seria de sublinhar a versatilidade das correntes de opinião e a correlativa erosão da legitimação pela «confiança» depositada nos responsáveis da acção governativa.

histórica (Mattoso, 1986). Esta compleição ecológica multifacetada traduz-se na diferenciação de espaços rurais muito contrastados, diversamente dotados em recursos naturais e humanos, mas cada qual com suficientes potencialidades para permitir a gestação ou a adopção de sistemas agrários diferentes, embora interligados por relações de complementaridade facilitadas por elementos estruturais comuns (Medeiros, 1978). Conquanto estas discontinuidades induzam práticas díspares e saberes localizados, atestando por essa mesma diferenciação uma diversidade de mapas cognitivos de algum modo condicentes com a distribuição espacial de diversas modalidades de interpretação e de apropriação da natureza (Silva e Costa, 1985), dispomos desde logo de preciosas indicações para comprovar a presença estruturante de diferentes sistemas sociais locais, cujas respectivas matrizes correspondem, *grosso modo*, às grandes manchas formadas pelos três principais sistemas agrários disseminados na Europa mediterrânica (Lebeau, 1979).

A par destas três categorias de espaços rurais, identificáveis através dos sistemas de cultivo distintos, a que se associam tipos de agricultura específicos constituídos, por vezes, desde a antiguidade, acresce mencionar duas outras categorias sócio-espaciais, ambas de carácter estrutural nos países da Europa do sul: os espaços rurais de transição (e de trânsito) mesclados aos (ou desligados dos) espaços já referidos, por um lado, e o espaço urbano, por outro lado, diferenciado e escalonado pelas funções de enquadramento das sociedades rurais envolventes. Ainda em relação a estas duas últimas categorias, convém especificá-las em alguns aspectos mais salientes. No que respeita aos espaços urbanos, há que distinguir tipologicamente diversas configurações, consoante as texturas, a força de atracção e as funções sociais e/ou económicas que as diferenciam e hierarquizam, com especial atenção para as diferenciações ligadas ao fenómeno da polarização/centralismo das funções políticas e das funções de coordenação do sistema económico mais abrangente. A metrópole-Estado, que subsume a *polis*, ordena e subordina as diferentes redes urbanas nestas formações sociais.

No que toca aos espaços rurais de transição, ou desconjuntados, são as funções de fronteira que eles preenchem que requerem maior relevo. A formação social portuguesa, ao integrar regiões difusamente partilhadas entre os *megacores* mediterrânico e atlântico (Drain, 1986), herda por excesso dessa pulverização espacial, o que não deixa de lhe conferir certos traços peculiares, designadamente, quiçá, a sua prematura vocação marítima (Cortesão, 1978). Daí, que este conjunto de regiões ou micro-regiões de transição possa ser

considerado, para a análise proposta das dinâmicas sociais na Europa do sul, como uma das unidades da tríada sócio-territorial que referirei em seguida, formando com as outras duas o complexo interregional ordenado, para o caso português, segundo as oposições ou os contrastes sul/norte e litoral/interior (Ribeiro, 1942).

Uma das vias que nos é dada para identificar as três grandes componentes sócio-territoriais da configuração em forma de tríada, consiste na repartição regional dos sistemas agrários e dos sistemas de cultivos. Nesta perspectiva, são de mencionar as sociedades camponesas (no sentido sociológico da expressão) das regiões do norte e centro, às quais se contrapõe o sistema latifundiário do sul, ambos entremeados, todavia, por sistemas mistos, onde se combinam de diversos modos as culturas de regadio e de sequeiro, correspondentes aos dois grandes tipos de agricultura que dominavam em Portugal até muito recentemente, a saber, a agricultura de subsistência camponesa (com lógica de mercado condicionada) e a agricultura de especulação regida pelas orientações do mercado. Isto para já não mencionar o comunitarismo agro-pastoril de que subsistiam, ainda não há muito tempo, alguns vestígios no norte interior, mas sobre o qual se desconhece quase tudo.

Este bosquejo da configuração multi-espacial da sociedade tradicional portuguesa seria muito imperfeito se omitíssemos o espaço fronteiro acima referido, no qual se integra, como componente principal, o «espaço da emigração» formado pela constelação de comunidades portuguesas sem bandeira espalhadas pelo mundo. Dada a composição sociológica originária da maior parte dessas comunidades (respeitantes aos dados relativos aos migrantes de primeira geração), onde prevalecem elementos oriundos das regiões e dos estratos sociais mais desprovidos em recursos, essas micro-sociedades tendem a constituir-se em interacção dipolar (Rocha-Trindade, 1976), proporcionando às regiões emissoras (as mais afectadas pelas transformações económicas ou pela ausência das mesmas) as necessárias perfusões de recursos para assegurar a manutenção dos seus tecidos sociais e do modelos culturais tradicionais. Veremos adiante que o espaço fronteira assim definido, constitui a placa giratória do sistema social quanto às suas articulações com o mundo exterior. Cabe referir ainda, incluindo-a neste conjunto, a configuração insular da Madeira e dos Açores, com as suas próprias redes de emigração⁽²⁾.

(2) No plano histórico seria de mencionar a multiespacialidade da expansão atlântica e a célebre triangulação do circuito económico em que ela repousaria, algo à imagem da tríada sócio-territorial metropolitana.

Antes de prosseguir, importa explicitar o conceito de sistema social local a partir de uma visão antropológica (Geertz, 1983). Aludi mais acima às práticas rotineiras e aos saberes localizados que se prendem com o fraccionamento biogeográfico do meio natural e, por essa via, com a diversidade dos mapas cognitivos que informam a acção sobre o meio e as interacções sociais que esta última subentende. Desde que estes factores revertam em modelos comportamentais, em escalas de valores e em atitudes que confirmam identidade colectiva a segmentos territoriais da sociedade, isto é, quando as diferentes instituições se organizam e se conjugam em complementaridades funcionais específicas, determinando as fronteiras do lícito e do ilícito, do justo e do injusto, do normal e do anormal, do útil e do pernicioso, do belo e do feio, etc., e quando essas formas de sociabilidade se reproduzem a uma dada escala espácio-temporal infranacional, nessas condições dizia, e nelas apenas, torna-se possível fundamentar sociologicamente a materialidade do sistema social local, pese embora a sua inclusão (articulação) em espaços e/ou sistemas económicos e culturais mais abrangentes.

No caso português a unidade linguística, a remota constituição político-institucional do Estado, assim como a centralidade do mesmo para a regulação económica, parecem absorver integralmente essa diferenciação segmentária. No entanto, se atendermos aos efeitos muito diversos, quando não contrários, induzidos localmente por causas e/ou impulsos idênticos, designadamente aqueles que se prendem com a esfera de acção do Estado, deparemos desde logo com dois dos principais atributos deste tipo de sociedades polimórficas, do qual a formação social tradicional portuguesa se aproxima idealmente. E não será o facto de não ter havido, até muito recentemente, em Portugal qualquer disposição constitucional, onde fosse formalmente reconhecida essa materialidade social compósita, que o nega, antes pelo contrário. Veremos mais adiante, que é precisamente nessa negação e nas crispções e tensões sociais e políticas que dela derivam, ou que a ela conduzem, onde reside a principal característica da tradicional constitucionalidade unicitária do Estado português, ora orientado por princípios e filosofias políticas de um dado signo, ora oscilando em bloco para concepções opostas. Atendendo a outras características do sistema social que engloba diversos sistemas sociais locais, estas oscilações, que podem corresponder a efectivos estados de opinião e/ou a expectativas colectivas latentes, de carácter difuso e, por isso mesmo, com pouca expressividade constrigente da acção pública, são fenómenos recorrentes nos mais diversos domínios da vida colectiva, o que revela e atesta, a um só tempo, a

**Heterogenei-
dade social
versus sincre-
tismo e mor-
fogénese cul-
turais, nas
formações
sociais de
espaços múl-
tiplos**

grande precaridade, neste tipo de sociedades, dos equilíbrios económicos e inter-institucionais, fenómeno reflexo, como veremos, dos desajustamentos e das múltiplas distorções do espaço social global da sociedade.

Para deslindar a complexidade desses fenómenos, e apreender-lhes o significado sociológico, procederemos, em seguida, à aplicação do modelo analítico das interacções entre os diferentes sistemas sociais locais que compõem a sociedade portuguesa, procurando pôr em relevo as eventuais marcas que elas imprimem ao processo de modernização económica e à democratização política.

Na sequência das anteriores proposições, é possível mostrar que na sociedade portuguesa são ainda bem patentes as marcas da tripartição sócio-territorial de raiz, embora a tendência para o ordenamento sócio-espacial segundo o eixo rural/urbano, condicente com a actual fase de expansão das relações de produção, fundadas no assalariamento intensivo da força de trabalho, tenda a sobrepor-se à lógica de ordenação social tradicional⁽³⁾.

Assim, o espaço identificado às sociedades camponesas, e especialmente o litoral centro e norte, ressaltou grande parte das suas características tradicionais, apesar do intenso movimento de contracção que tem vindo a sofrer desde os anos sessenta. A industrialização difusa e a proto-urbanização, assentes na complementarização das funções de produção de tipo capitalista e das estratégias de reprodução do campesinato parcelar, constituem, do ponto de vista que temos vindo a desenvolver, os elementos estruturais de uma forma de organização social que comporta os seus distintos tecidos sociais, os seus padrões de consumo e formas de sociabilidade com hierarquizações sociais próprias. Do ponto de vista sócio-económico, são bem conhecidas as principais características dessas regiões: industrialização difusa de tipo tradicional, de cariz «capital saving» e de tipo proteccionista-exportador; flexibilidade salarial, induzida pela multiactividade de agregados domésticos ainda em larga proporção definíveis como unidades de produção, de consumo e de reprodução; semi-operariado flutuante, pouco organizado e com altas taxas de feminilidade; organização do trabalho taylorista, num contexto inter-industrial onde as relações de subcontratação se revestem de uma grande importância; terciário superior pouco desenvolvido, e, conseqüentemente, fraca diversificação do estrato social formado pelas classes médias assalariadas (onde os quadros técnico-administrativos

⁽³⁾ Isto, apesar da região polarizada pela área metropolitana de Lisboa não ter ainda recuperado da(s) crise(s) dos meados dos anos 70.

do funcionalismo autárquico e estatal ocupam um lugar importante); classes médias de tipo empresarial e patrimonial, a predominarem no espaço social intermédio destas regiões.

Nas regiões polarizadas pela conurbação da área metropolitana de Lisboa, o tecido social apresenta uma textura muito diversa da precedente. Nota-se aqui um carácter mais afirmado e consolidado da sociedade salarial, em simbiose com a composição social do «hinterland» alentejano e com a concentração das funções político-administrativas. O carácter estruturante da relação salarial, traduz-se aqui na relativa homogeneidade das classes empresariais, à qual equivale, no espaço social simétrico, uma relativa homogeneidade de situações e de práticas do operariado industrial. Para além disso, há ainda a notar o peso crescente que as classes médias assalariadas detêm nesta estrutura social. Dotadas de memória colectiva, as organizações sócio-profissionais têm vindo a actuar no sentido de institucionalizar os conflitos de classe através da concertação social, das negociações colectivas e dos dispositivos da legislação social que regem os objectivos das políticas redistributivas.

Enquanto relação social dominante, a relação salarial tende a promover uma segmentação dos mercados de trabalho por especializações certificadas. Os diferentes lugares do espaço social sócio-profissional são, desde logo, objecto de constantes reavaliações recíprocas, aquilatadas pelos *curricula* escolares e pelas relações de força (capacidade de mobilização e de negociação) arbitradas pelo poder político. Estas práticas sociais subentendem formas de legitimação de tipo neocorporativista, ou corporativismo societal (Maurice, Sellier e Silvestre, 1982): uma de baixo para cima, de tipo democrático, operatória na esfera das representações, e outra orientada pela selectividade, de tipo elitista, definida pelas regras de certificação e pelo poder de cooptação das elites profissionais, detentoras dos meios de formulação das normas técnicas, dos saberes científicos e dos discursos ideológicos por que se regem os membros de cada um dos segmentos organizados do mercado de trabalho⁽⁴⁾. Vinque-se ainda a forte concentração neste espaço social e económico do sector empresarial público e do terciário superior.

O terceiro espaço sócio-territorial, apreensível através do mesmo prisma analítico, não oferece contornos tão precisos como os precedentes, nem apresenta, tão pouco, um grau de integração sistemática equivalente. Trata-se, em suma, de um espaço limite, situado no limiar das áreas de influência dos precedentes, englobando o mosaico de regiões e micro-re-

⁽⁴⁾ Para apreender o artificialismo ideológico do corporativismo orgânico do «Estado Novo», cf. Lucena (1985).

giões não absorvidas pelos (ou excluídas dos) diferentes movimentos que têm vindo a acentuar a litoralização da sociedade portuguesa (Gaspar, Ferrão *et al.*, 1985). Nele se incluem, as já referidas comunidades de emigrantes, cujas contribuições para as economias locais, e, por essa via, para a economia nacional, revestem a maior importância, tanto pelo efeito de perfusão, como pelo desagravamento do orçamento social da Nação e, por conseguinte, dos custos salariais globais. Parte dessas comunidades de emigrantes, em especial aquelas que se constituíram nos países vizinhos, podem ser consideradas como a principal componente da primeira geração de populações urbanas e assalariadas das regiões marginalizadas do interior, dada a natureza dos laços que os prendem às respectivas sociedades locais de origem. As frequentes situações de dipolaridade⁽⁵⁾ dessas comunidades, bem como as incessantes vindas «ao torrão» para reactivar um vínculo social evanescente (e, por isso mesmo, simbolicamente sobreinvestido nas colectividades de origem), traduzem formas de sociabilidade e tipos de relações sociais que tendem a produzir o enquistamento dos modelos culturais tradicionais. Tal como ocorre noutras grandes correntes de emigração de origem camponesa (Thomas e Znaniecki, 1984), e, por paradoxal que possa parecer, a emigração em massa dos portugueses para países mais desenvolvidos pode ser considerada como uma das principais fontes do excesso de tradicionalismo da sociedade portuguesa no actual contexto europeu. Apreendida nesta dimensão sócio-cultural, ela constitui uma componente fundamental do processo de modernização, explicando, pelo menos parcialmente, pela sua afirmação em termos de presença/ausência, o carácter lacunar das políticas de desenvolvimento, das quais o Estado é o principal, senão o exclusivo agente.

Para abraçar este conjunto de situações heterogéneas, do ponto de vista em que nos colocamos, importa mais considerá-las enquanto componentes do «espaço fronteira» da sociedade portuguesa, do que atribuir-lhes uma redutora materialidade geográfica, embora as regiões marginalizadas pelo processo de polarização urbana do desenvolvimento económico constituam a parte mais visível dessa territorialidade. De maneira mais extensiva, entendemos por «espaço fronteira» o espaço social e cultural tradicionais, urbano ou rural, no qual

⁽⁵⁾ Entende-se aqui por situação de dipolaridade o fenómeno da segmentação por «metades» das colectividades sócio-territoriais emissoras de migrantes, com a recomposição de uma das «metades» nas sociedades receptoras, preenchendo cada um desses segmentos funções específicas para assegurar a sobrevivência da sociedade local identitária. Esta forma de segmentação social, também observável em diversas correntes de migração interna (Costa, 1985), constitui a configuração social que melhor revela e define a autonomia do local na sociedade portuguesa.

evoluem os grupos sociais e/ou as colectividades territoriais, cujos modos de vida e hierarquizações sociais de tipo tradicional preenchem, em larga medida, as funções de integração social para os seus membros. Longe de ser residual, o espaço assim definido, preenche ainda importantes funções sociais na formação social global — funções políticas, económicas e sócio-culturais. A interpenetração do rural e do urbano, a sobreposição das esferas da privacidade afectivo-familiar e da vida económica, a prevalência tendencial dos interesses particulares sobre o espírito público, as relações sociais informais (intersticiais) de tipo patrão-cliente, a divisão sexual do trabalho, padronizada pelos papéis das estruturas familiares, constituem alguns dos fenómenos que melhor caracterizam esta espacialidade social. Na perspectiva histórica, o espaço colonial recém extinto, que deu origem à formação de grupos de solidariedade de repatriados (Maranhão e Pires, 1988), pode ser interpretado como um momento de expansão desse «espaço fronteira».

A tríptica configuração sócio-territorial da sociedade tradicional portuguesa, pressupõe que a sociedade actual continua a ser, de algum modo, tributária da articulação e/ou das interacções entre esses três segmentos sociais territorializados, diferenciados quer do ponto de vista sócio-económico, quer do ponto de vista sócio-antropológico. Decerto que o impacto globalizante da inclusão desses segmentos complementares num conjunto mais amplo, teve por efeito principal a diluição da singularidade dos processos de evolução de cada um deles. Mas, se atendermos às diferenças morfológicas dos tecidos sociais que predominam no litoral norte e centro, no centro sul e no norte interior⁽⁶⁾, logo deparamos com as marcas que atestam a persistência dessa mesma heterogeneidade estrutural da formação social portuguesa, pese embora a desigual capacidade de cada uma dessas componentes sócio-territoriais para preservar a sua própria historicidade (Touraine, 1983), isto é, a sua autonomia relativa enquanto identidade cultural e enquanto forma de organização social.

O fundamento deste pressuposto reside, precisamente, nas características sócio-morfológicas do tecido social da sociedade global, que passo a referir: heterogeneidade dos *status* e dos *habitus* de classe, e consequente pulverização das comunidades de interesses, traduzida, por sua vez, nas mais diversas formas de mobilização e de acção colectiva; coexistência e intrincação de diferentes formas de produção e de

⁽⁶⁾ Num outro trabalho procurei fundamentar a diferenciação sócio-territorial no eixo norte litoral/norte interior. Cf. Medeiros (1987).

diversas modalidades de organização do trabalho, condicentes com a persistente segmentaridade do mercado interno, derivada esta das diferenças de modos de vida, de hábitos alimentares, de formas de sociabilidade, de actividades de lazer, de tipos de habitat, etc.; classes médias heterógeneas predominantemente de tipo patrimonialista (nas quais se incluem as profissões liberais, definidas por títulos académicos e por fidelização de clientelas) na maior parte das regiões, e com fraca incorporação de «capital cultural» em geral; circulação restrita das elites e tendência para a polivalência das mesmas (*status*), a que corresponde, num outro polo, a prática, assaz generalizada, da multiactividade das famílias das classes populares; mobilidade social estrutural assegurada por uma forte mobilidade geográfica e pelo pluri-rendimento dos recursos familiares; forte disparidade regional dos rendimentos do trabalho e do capital, ora a favor, ora em detrimento de cada uma das regiões e de cada factor de produção, consoante as conjunturas internas e/ou internacionais.

Neste contexto, e em termos de análise dos processos de estruturação social, parece prevalecer um sentimento difuso de insegurança e de precaridade, cuja expressão mais significativa aparece nas formas e nas modalidades práticas da solidariedade social restritiva. Com efeito, para além do círculo apertado das solidariedades intra-familiares, são as relações de interconhecimento, de vizinhança, de proximidade social e de amizade (os pobres dão aos pobres, e os ricos emprestam aos ricos) que mediatizam e instituem esse laço social fundamental, sem o qual o corpo social é inviável, porque carenciado da principal imunização contra os enormes riscos de desagregação social com que estes sistemas sociais polimórficos se confrontam permanentemente. Por conseguinte, quer as características sócio-morfológicas da heterogeneidade social assinalada, quer os processamentos de estruturação social que referimos, atestam uma materialidade social compósita, englobando situações e condições sociais muito diversas que se apresentam, empiricamente, sem nexos aparente, divergentes e dissonantes nas suas orientações explícitas, incompatíveis, em suma, quando avaliadas pela lógica de outras geometrias sociais. O mesmo já não sucede, todavia, quando essas características remetem para tipos precisos de relações sociais e para determinadas representações colectivas, cujas congruências e derivações adquirem significações lógicas numa outra configuração do sistema social, só apreensível pelo modo como este se encontra organizado e pelas modalidades do seu funcionamento. Nesta perspectiva, o lugar e as funções do local no processo de integração social constituem o aspecto central de qualquer

proposição teórico-analítica tendente a elucidar os termos em que se resolve essa aparente incoerência social.

A transição democrática e as transformações económicas que a adesão de Portugal à CEE veio respectivamente consolidar e acelerar, metamorfoseiam o quadro tradicional da sociedade portuguesa, mas, se levarmos em conta as conversões que o local produz para se adaptar aos novos parâmetros institucionais, não é líquido que essas transformações signifiquem modernização, mas sim o surgimento de um neo-local no qual as relações sociais de tipo tradicional continuam a vigorar. É a lógica dessa reprodução social que requer, nesta contribuição para a sua elucidação, uma rápida digressão pelos aspectos culturais mais salientes do polimorfismo social português.

Tive oportunidade de mostrar, no trabalho já referido, que o cruzamento das relações de complementaridade e de interdependência que entrelaçam os segmentos sócio-territoriais das formações sociais de espaços múltiplos explica, em larga medida, a persistência da heterogeneidade social da sociedade portuguesa contemporânea. No entanto, essa estrutura do sistema de relações interregionais é fundamentalmente de cariz económico e político (com uma propensão inata a estabelecer a supremacia de oligarquias), integrando, por essa banda, só uma parte muito reduzida dos complexos processos sócio-culturais e institucionais que fundem as diferentes partes da sociedade num destino colectivo (identidade nacional forte no caso português) efectivamente compartilhado, tanto nos momentos de fulgurância, como na frugalidade do remedeio e do «desenrascanso» colectivos. A par dessas relações de complementaridade e de interdependência, existe um outro tipo de entozamentos interregionais, que respondem aos princípios de exclusão e de oposição a que sub-jazem as diferenças de identidades culturais regionais. Por outras palavras, a multiespacialidade das configurações sociais que nos interessam recobre sempre, em maior ou menor grau, uma materialidade pluricultural⁽⁷⁾. Neste contexto preciso, as mediações e as conversões simbólicas que asseguram a comunicabilidade e/ou a comutatividade entre os diversos modelos culturais que aí se entrechocam (combinando-se, sobrepondo-se ou excluindo-se), constituem a armadura dos códigos, das convenções, das crenças e das mitologias do sistema cultural sincrético, o qual informa, por seu lado, os dispositivos normativos da organização social.

Isto significa, entre outras coisas, que a interacção social envolve o constante surgimento de fenómenos ligados à mor-

(7) No caso português, a pluriculturalidade é sobretudo derivada, actualmente, da multiplicidade de correntes de emigração/regressos.

fogénese cultural, os quais não vão forçosamente no sentido da extinção dos particularismos locais. Basta verificar que, nestas configurações sociais, a infinidade de combinações possíveis entre os elementos que compõem os diferentes subsistemas culturais integrados por uma comunidade de língua cria, por si mesma, um estado latente de anomia social (Durkheim, 1973), a qual condiciona, a todos os níveis, as modalidades organizacionais e funcionais do sistema social global e dos sistemas sociais locais, limitando, desse modo, as soluções constitucionais e político-administrativas para garantir o controlo recíproco e harmonioso dos dois níveis em que se desenrola a vida social, o local e o translocal.

Se as hipóteses até agora formuladas, requerem um trabalho de testagem e de apuramento muitíssimo mais vasto, a estratégia para essas investigações sociológicas desenha-se já com alguma precisão. Com efeito, num contexto cultural onde paira a ameaça da proliferação de derivações irreconhecíveis para um ou mais segmentos da sociedade, os sistemas sociais locais preenchem *de facto* funções de controle social insubstituíveis para a organização social global, o que não deixa de lhes conferir uma larga autonomia. Esta, por sua vez, traduz-se em diferenciações de tipo segmentário, cujo carácter sócio-territorial (bairrismo, patriotismo local, guerras de campanários, segregações sociais inscritas nas espacialidades do *habitat*, etc.) tende a prevalecer sobre outras formas de diferenciação social, designadamente sobre aquelas que decorrem da intensificação da divisão social do trabalho, com todos os efeitos de distorsão que esse desequilíbrio acarreta para o processo de desenvolvimento económico. Tudo se passa como se a constante revitalização das identidades sócio-culturais localizadas («classes territoriais» na expressão de G. Balandier, 1973) roubasse o húmus e o sol aos frágeis rebentos dessas plantas exóticas que sempre foram, na sociedade portuguesa, a consciência e as solidariedades de classes, a institucionalização do conflito entre as mesmas, a ética da vocação, etc. No plano psico-sociológico, as dúplices lealdades a que os indivíduos se vêem constrangidos pela pertença a e/ou participação em universos sócio-culturais secantes (o local e o translocal, o sócio-profissional e o informal, o nacional e o estrangeiro, etc.) pode estar na origem, ou, pelo menos, explicar substancialmente, o reconhecido défice português de capacidade de iniciativa e de empreendimento, o que não deixa de lembrar o amolecimento da vontade e do apetite de vida (atonía) diagnosticados nas situações de «duplo constrangimento» (*double bind*) em que os indivíduos estejam duravelmente envolvidos (Bateson, 1977 e 1980). Mas, independentemente destes eventuais prolonga-

mentos psico-sociológicos, a anomia social latente, sempre pronta a surdir nas sociedades polimórficas, pode reverter numa atonia social contagiosa (mobilidade social), cujo alastramento aos órgãos institucionais assinala e reforça um processo já avançado de desagregação social.

Pelo acabado de expor, pode deduzir-se que, nestes sistemas sociais, não existem soluções de continuidade entre os sistemas normativos das sociedades tradicionais e aqueles que definem as sociedades modernas, o que enfraquece consideravelmente as análises estabelecidas na óptica das antinomias do tipo tradicional/moderno, rural/urbano, sagrado/profano, etc. O carácter sincrético do sistema cultural confere-lhe uma capacidade notável de aceleração dos fluxos que contém efeitos retroactivos sobre as diferentes componentes localizadas do mesmo. Pela própria inclusão destes segmentos numa entidade abrangente, essas conversões são, em muitos casos, sinónimas de reconversões e de reciclagens adaptativas dos escalões culturais localizados. Nesses casos precisos, a adaptabilidade (plasticidade) que se reconhece geralmente aos sistemas sociais locais traduz, não a autonomia, mas sim a heteronomia que os colocam em posição de subordinação em relação aos sistemas englobantes. Em contrapartida, atender-se-á também ao facto, muito diferente, de os fluxos sociais e culturais de composição (sincréticos na esfera cultural) se converterem e traduzirem de maneiras diferentes nos diversos segmentos culturais localizados, o que, por sua vez, produz novos efeitos de agregação e de composição à escala macrossocial, e assim por diante.

Além disso, os segmentos culturais localizados dispõem de uma capacidade de filtragem dos fluxos culturais exógenos que não sejam mediatizados pela cultura englobante. Por conseguinte, tanto aquele processo, que se desenrola em forma de bola de neve, como os limites de absorção e de integração de bens sensíveis (elementos culturais) pelos diferentes segmentos culturais localizados, conferem a estes últimos a unidade e a coerência mínimas que tendem a furtar-se permanentemente à cultura sincrética que os engloba. Daí que os sistemas culturais localizados, que comportam sempre, como vimos, hibridações do tradicional e do moderno, constituam também entidades relativamente autónomas, com suficiente vitalidade para resistir às transformações que apareçam como impostas do exterior. Por outras palavras, os sistemas sociais locais, apreendidos nas suas respectivas dimensões culturais, constituem, nas sociedades de espaços múltiplos como a sociedade portuguesa, a matriz cultural da formação social. E se essa autonomia não logra alcançar jamais o ponto extremo da soberania, é porque as

relações de heteronomia, que subordinam essas entidades regionais nos sistemas político e económico, impedem os seus actores e agentes de conquistar as posições hegemónicas nesses sectores da vida social, impedindo-os de projectar as suas próprias estratégias locais de luta pelo poder para as dimensões sociais e culturais que os transcendem⁽⁸⁾. Relembre-se, por exemplo, a ambiguidade fundamental do salazarismo: poder tradicionalista e provincial nas suas referências ideológicas e culturais, mas também, nacionalismo de império por estratégica necessidade do sistema oligárquico, confrontado com a crise mundial, de transcender as dificuldades políticas e económicas através dos espaços coloniais. Outro momento da história recente que vem a lume evocar, é a conjuntura política de 1975, na qual o P.C.P., com os seus aliados da altura, incarnou sobretudo a vontade hegemónica do segmento sócio-territorial da formação social que mais tinha a temer da crise económica emergente, bem como da súbita contracção do «espaço económico português», embora essa vontade recobrisse também o ímpeto de afirmação e de *revanche* sociais de uma parte da sua classe social de referência, o operariado industrial de sede urbana e/ou de origem proletário-rural.

**A erosão do
local sócio-
-territorial:
metamorfoses
ou emergência
de uma outra
topologia
social**

Vimos até agora, as razões pelas quais a complexidade inextricável dos processos de integração social e de miscigenação cultural na formação histórica portuguesa tende a reforçar a diferenciação dos diversos segmentos sócio-espaciais que a constituem. Os riscos enormes de desagregação social (anomia) com que se defrontam os sistemas sociais que apresentam as características descritas, determinam em larga medida as modalidades e as formas sociais da regulação social, cujo vector funcional primeiro é, precisamente, aquele que opera a redução dessa complexidade. O sistema de interacção, estruturado pelas relações de complementaridade e de interdependência entre os segmentos sócio-territoriais diferenciados, permitia e assegurava determinadas soluções redutoras dessa complexidade.

A primeira, que é consubstancial à própria lógica da diferenciação segmentária, consiste na redução dimensional dos universos sociais e culturais em partes de sociedade, dotadas de reais capacidades auto-organizativas (autonomia), mas sem os recursos económicos necessários para as potencializar

⁽⁸⁾ Na classe empresarial, as influentes posições económico-financeiras dos agentes em determinados sectores de actividade nem sempre são convertíveis em influência política e social. Pense-se no caso dos empresários da construção civil e dos trabalhos públicos, alcunhados de «patos bravos» nos círculos das elites, para significar a não distinção e a desqualificação sócio-culturais.

enquanto sociedades (heteronomia). A segunda solução, para restringir o potencial dos possíveis que estas sociedades caleidoscópicas fazem cintilar (ansiedade ontológica?), consiste no carácter normativo de um dado sistema de valores, rigidamente fixado e controlado, cuja efectividade depende, à escala transcultural em que ela legisla, do respeito íntimo por representações (crenças) de uma ordem transcendental do universo, por um lado, e do respeito formal instigado pelos aparelhos de sanções que o resguarda dos comportamentos desviantes emergentes, bem como dos sistemas de valores alternativos que as culturas localizadas e/ou os grupos sociais organizados em comunidades de interesses têm tendência a produzir, no quadro dos seus próprios modelos culturais e/ou ideológicos. A terceira solução, decorre do monopólio da violência legal, isto é, do fulcro da força legítima e autoridade detidas pelo Estado, concentração essa legitimada pelo implícito pacto unionista (o que não é o mesmo que o pacto social hobbesiano) e pelas funções de regulação do sistema económico inter-regional⁽⁹⁾.

Estes três operadores da redução da complexidade social e cultural da sociedade multiespacial, aos quais se poderia acrescentar um outro no caso de difusão de um dado sistema ideológico, longe de se excluírem, combinam-se entre eles, a fim de conferirem às instituições feições organizacionais e funcionais específicas e modos de articulação entre elas, que as tornem congruentes, combinações e articulações essas que determinam ou fixam, por sua vez, as formas do Estado, as relações deste com a sociedade civil, os regimes económicos dominantes, as representações colectivas que dão corpo à identidade nacional e, até, os sentimentos comungantes pre-valetentes na colectividade.

Há a observar, no entanto, que a heterogeneidade social e cultural limita, drasticamente, a diferenciação das instituições, como se nessa redução residisse o contra-peso ideal para compensar o défice de unidade da materialidade social compósita. O mesmo é dizer que, nessas articulações e combinações das instituições, só a dominância de algumas delas, e a subsequente subordinação das outras, permitem criar as linhas de força unicitárias de que a configuração social carece para se afirmar como entidade soberana, autodeterminada, criando e mantendo, desse modo, o mínimo denominador

⁽⁹⁾ A transição democrática da sociedade portuguesa corresponderia, nesta perspectiva, à emergência de um sistema económico muito diverso daquele que assegurava a regulação das relações de interdependência e de complementaridade entre as diferentes entidades sócio-territoriais. Para uma análise mais pormenorizada dessas correspondências entre sistemas políticos (oligárquico e democrático) e sistemas económicos, nas sociedades de espaços múltiplos, cf. Medeiros, 1986.

comum entre as diferentes componentes sócio-culturais localizadas.

Efectivamente, o carácter segmentário e sócio-territorial da diferenciação social que distingue este tipo de sociedade daqueles onde prevalecem formas de integração sociais desvinculadas dos particularismos locais, por um lado, e o tipo de hierarquização social que tende a vingar nessas configurações sociais, por outro lado, produzem uma hierarquia institucional que leva a que um número muito restrito de instituições possa abarcar e conduzir os mecanismos de regulação social nos mais diversos domínios da vida social. A bem conhecida multifuncionalidade da família na sociedade portuguesa, bem como a centralidade do Estado em funções que competiriam constitucionalmente a outras instituições, assim como as dificuldades para o mesmo garantir a equivalência entre o legítimo e o jurídico, são exemplos manifestos dessa forma de indiferenciação social.

Os fenómenos ligados a estas compensações funcionais são bem visíveis: ao diferencialismo estrutural da sociedade de espaços múltiplos, que é a sociedade portuguesa, corresponde uma tendência ao monolitismo institucional, o qual impede *de facto* que a diferenciação social se desenvolva segundo uma outra lógica e noutras direcções, as quais acabariam por ser fatais à supremacia simbólica, ao prestígio e à honra sociais, ao poder e ao *status* em suma, dos agentes que incarnam as funções e as posições de chefia nos corpos hiper-hierarquizados dessas «instituições ávidas» (Coser, 1964). Daí que a alteridade, a diferença, seja *de facto* muito tolerada na sociedade portuguesa, contanto que nem as diferentes encarnações da autoridade institucionalizada, nem as escalas de valores estritamente codificadas (e simbolizadas por sistemas de crenças) sejam removidas ou frontalmente atacadas. Mas como a interacção social não deixa de reactivar outras escalas de valores e outras fontes de legitimação⁽¹⁰⁾, e como o conflito de legitimidades que então se gera é demasiado desigual, o sistema cultural, com os seus próprios mecanismos reguladores, passa a integrar mediações de carácter compensatório, tais como a arte da ambiguidade e das meias tintas, a arte do parecer (com os seus extremos que são a duplicidade mais o engenho para a dissimular), o gosto pela chacota trocista e pela crítica de «corta-casaca», e tantas outras que vertem, afinal, para o desenvolvimento profuso da língua, cujos usos normalizados por elites restritas ilustram bem, e talvez melhor do que qualquer outra forma de discri-

(10) Tal como aquelas que se prendem com a cientificidade dos saberes ou ainda, numa outra dimensão cognitiva, com a irrupção de novos discursos sobre o sentimento amoroso.

minação, os mecanismos mais subtis da apropriação reservada de bens colectivos, dos quais a língua é o epítome.

No âmbito político-institucional, o monolitismo que percorre a história contemporânea portuguesa, à excepção de breves períodos de ensaio do pluralismo, resulta de uma férrea constitucionalidade unicitária, cujo elemento fulcral é a dualidade de poderes instituídos a partir de derivados da classificatória primitiva sagrado/profano. O bicefalismo político que essa dualidade subentende, na expressão da oposição espiritual/material, traduziu-se no paralelismo (duplicação) das estruturas organizacionais de duas «instituições ávidas», sendo de notar, em ambas, a autonomia relativa adquirida pelo local: o paroquialismo (ligado à regência dos ciclos de vida e, por conseguinte, à tutela normativa da socialização familiar) e o municipalismo (virado para a organização e repartição dos recursos económicos). A extraordinária eficácia desse modelo para conjugar a autonomia do local (expressa nas mais ínfimas colectividades territoriais) e a intensa mobilização dos recursos das mesmas para a edificação da sociedade, tem a ver com essa dupla dimensão da vida social local, a dimensão comunitária e a organização social, as quais em vez de se excluírem, se completavam num quadro institucional adequado. Sabe-se, no entanto, que essas polarizações institucionais, com os seus prolongamentos político-institucionais (centralismo burocrático, hierarquização social de tipo estatutário, clientelismo e compadrio), permitiam o desenvolvimento de diversos tipos de baldios sociais onde se constituíam, informal e alegadamente, os mais diversos grupos de interesses, as relações sociais de tipo patrão-cliente, o familialismo amoral, o caciquismo político, corolário do poder oligárquico, etc.

A actual fase de transição, da passagem de um sistema político oligárquico para a democracia, caracteriza-se pela eliminação de alguns desses espaços intersticiais, embora a proliferação de alguns dos baldios sociais se reconheça agora, com grande nitidez, na própria materialidade da heterogeneidade social, na porosidade das redes urbanas e na corrosão do tecido urbano das grandes cidades, provocada pela crescente força de atracção por elas exercida («bairros de lata», «cidades dormitórios», desertificação habitacional dos centros históricos, etc.). Este duplo movimento traduz a actual conjugação das duas lógicas que orientam os processos de diferenciação social, uma, de carácter sócio-territorial, herdada da sociedade matricial, e a outra, de carácter sócio-profissional, derivada da estruturação emergente da sociedade pela espaço-temporalidade do sistema económico translocal (e transnacional), em que a sociedade portuguesa se integra a passos largos.

A questão que se impõe, na sequência das considerações até aqui desenvolvidas, consiste em saber se a diferenciação social, induzida pela forma e pelo ritmo do desenvolvimento económico imprimidos do exterior (CEE), se compatibiliza com aquela que se processa no plano das diferenciações sócio-territoriais nacionais. A inferência que a análise das configurações sociais de espaços múltiplos permite desde já, é que, tal como no passado, as mesmas causas não deixarão de produzir efeitos locais diferentes. O que significa que, em Portugal, o desenvolvimento económico e social passa por uma pluralidade de vias (Fua, 1985) que repõe, noutros termos, a fulcralidade do local nas interacções sociais. No entanto, a partir do momento em que o sistema económico absorvente produz uma ruptura decisiva na trama das complementaridades inter-regionais tradicionais, e na medida em que as novas espacialidades políticas e sociais traduzem novas maneiras de estar em/na sociedade, não será demasiado ousado pensar que a actual orgânica autárquica da sociedade portuguesa, legada pelo seu mais remoto passado ru-ro-mercantil, se revele cada vez menos adequada para assegurar a íntima ligação das solidariedades e dos interesses intra-regionais com a solidariedade social reguladora dos interesses conflituais próprios às sociedades modernas.

O declínio das relações clientelares que acompanha o ímpeto democrático — o freguês que se apaga para que o cidadão se afirme —, a tendência muito acusada para a especialização económica de um grande número de colectividades territoriais⁽¹¹⁾, e a subsequente perda de substância social e cultural nas mesmas, colocam o problema constitucional chave, cuja solução condiciona qualquer tentativa de reforma político-administrativa. Tente-se enunciá-lo, para concluir: que mediações institucionais e órgãos decisoriais escalonados se devem instituir (na base da legitimação democrática, para conjugar a persistente diferenciação sócio-territorial e a separação funcional dos poderes — diferenciação e complementaridade das instituições), que sejam conformes aos preceitos fundamentais das doutrinas constitucionalistas e assegurem, simultaneamente, o controle mútuo e harmonioso dos diferentes níveis em que se desenrola a vida social? ■

⁽¹¹⁾ Sobre este processo, cf. Reis (1988). O «sistema produtivo local» aí estudado, remete para as mutações ou metamorfoses dos sistemas sociais locais sob o efeito de factores exógenos, em especial dos factores económicos.

Referências Bibliográficas

- | | | |
|---|--------------|--|
| Balandier, Georges | 1973 | <i>Sens et puissance</i> , Paris, PUF. |
| Bateson, Gregory | 1977
1980 | <i>Vers une écologie de l'esprit</i> , Paris, Seuil. |
| Coser, Lewis | 1956 | <i>The Fonctions of Social Conflict</i> , Glencoe, The Free Press. |
| Costa, António Firmino da | 1985 | «Espaços urbanos e espaços rurais: um xadrez em dois tabuleiros», <i>Análise Social</i> , 87-88-89. |
| Costa, Manuel da Silva e | 1985 | <i>Religion et idéologie dans l'instauration de la paysannerie parcellaire au nord du Portugal</i> . Louvain, Université Catholique. |
| Drain, Michel | 1986 | «Sociétés et espaces ruraux en Europe du sud», comunicação ao XIII Congresso Europeu de Sociologia Rural, Braga. |
| Durkheim, Emile | 1973 | <i>O Suicídio</i> , Lisboa, Presença. |
| Fua, Giorgio | 1985 | «Les voies diverses du développement en Europe», <i>Annales</i> , 3. |
| Gaspar, Jorge, Ferrão, João et al. | 1985 | <i>Portugal ano 2000. A ocupação e a organização do território</i> , Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian. |
| Geertz, Clifford | 1983 | <i>Local Knowledge. Further essays in interpretative anthropology</i> , Nova Iorque. |
| Giddens, Anthony | 1984 | <i>The constitution of society</i> , Cambridge. |
| Lebeau, René | 1977 | <i>Les grands types de structures agraires dans le monde</i> , Paris, Masson. |
| Lucena, Manuel | 1985 | «Neo-Corporativismo? Conceito, interesses e aplicação ao caso Português», <i>Análise Social</i> , 87-88-89. |
| Maranhão, Maria José e Pires, Rui Pena | 1988 | «Os enigmas e impactos do repatriamento», Comunicação ao I Congresso Português de Sociologia. |
| Mattoso, José | 1986 | <i>A identificação de um país</i> , Lisboa, Presença |
| Maurice, Marc, Sellier, François e Silvestre Jean-Jacques | 1982 | <i>Politique d'éducation et organisation industrielle en France et en Allemagne</i> , Paris, PUF. |

Fernando
Medeiros

162

- | | | |
|--------------------------------------|------|--|
| Medeiros, Fernando | 1978 | <i>A sociedade e a economia portuguesa nas origens do salazarismo</i> , Lisboa, A Regra do Jogo. |
| Medeiros, Fernando | 1986 | «Espaces ruraux et dynamiques sociales en Europe du sud», Comunicação ao XIII Congresso Europeu de Sociologia Rural, Braga. |
| Medeiros, Fernando | 1987 | «Grupos domésticos e habitat rural no Norte de Portugal», <i>Análise Social</i> , 95. |
| Reis, José | 1982 | «Território e Sistemas Produtivos Locais: uma reflexão sobre economias locais», <i>Revista Crítica de Ciências Sociais</i> , 25. |
| Ribeiro, Orlando | 1942 | <i>Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico</i> , Lisboa. |
| Rocha-Trindade, Maria Beatriz | 1976 | «Comunidades migrantes em situação dipolar», <i>Análise Social</i> , 48. |
| Santos, Boaventura de Sousa | 1985 | «Estado e sociedade na periferia do sistema mundial: o caso português», <i>Análise Social</i> , 87-88-89. |
| Thomas, William e Znaniecki, Florian | 1958 | <i>The Polish peasant in Europe and America</i> , New York, Dover Publications. |
| Touraine, Alain | 1984 | <i>Le retour de l'acteur</i> , Paris, Fayard. |